

N/REF<sup>a</sup>: FC/151/2013

DATA: 17/07/2013

À

**Comissão Parlamentar de  
Orçamento, Finanças e  
Administração Pública**

A.R - Palácio de São Bento  
Lisboa

**C/c: Grupos Parlamentares**

**Assunto: Sobre o comportamento inaceitável dos deputados Jorge Paulo Oliveira e Artur Rego, representantes, respectivamente, dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP.**

Exmos. Srs.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, numa reunião realizada com a Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em 16 de Julho, foi confrontada com a insólita atitude e deploráveis intervenções dos deputados Jorge Paulo Oliveira, do PSD, e Artur Rego, do CDS/PP, que questionaram a presença desta estrutura sindical na Comissão.

No início da sua intervenção, o deputado Jorge Paulo Oliveira, afirmou: "*Quero repudiar a participação activa da Frente Comum nessa ofensa ao parlamento*", referindo-se ao protesto que decorreu nas galerias da Assembleia da República no passado dia 11 de Julho, aquando da votação na generalidade das propostas de lei 153/XII e 154/XII, de 2013, que visam, respectivamente, aumentar o horário de trabalho para as 40 horas e instituir o sistema de «requalificação», que ameaça lançar no desemprego milhares de trabalhadores da Administração Pública.

Acrescentou: "*Aproveito para denunciar e revelar a nossa perplexidade por a Frente Comum se fazer representar nesta sala por uma pessoa que ofendeu a democracia, o parlamento e os portugueses. Não posso aceitar este tipo de comportamento*".

Estas afirmações foram apoiadas integralmente pelo deputado Artur Rego.

Tão grave ou pior que tais declarações, durante a reunião circulou pelos deputados uma fotografia ampliada dos participantes no referido protesto, acto que a Frente Comum não pode deixar de repudiar veementemente, por representar um comportamento pidesco, que julgávamos afastado da vida portuguesa pós 25 de Abril.

O respeito pela liberdade deveria pautar o comportamento daqueles que juraram defender a Constituição da República, dignificando o órgão de soberania que integram.

Os lamentáveis e tristes episódios aqui relatados provam que isso não aconteceu. O que se verificou no dia 16 de Julho constitui um indigno e despuddorado exercício de arrogância por parte daqueles dois deputados e dos respectivos grupos parlamentares.

Percebe-se que o desespero de um governo sem legitimidade para governar se transmita à maioria parlamentar que o sustenta e se transforme no desnorte completo a que vimos assistindo nos últimos tempos. Só assim se compreende, aliás, que tal desespero e tal desnorte se reflectam em autênticos actos pidescos como aqueles a que assistimos.

Os cidadãos que, em protesto, estiveram nas galerias, exerceram o direito à indignação e deram a cara e a voz por milhares de trabalhadores, que igualmente se sentem espezinhados pelas imorais e injustas políticas de austeridade que o a maioria PSD/CDS-PP e o seu Governo têm vindo a levar a cabo em Portugal, arrastando o país e o povo para a miséria e para o caos.

E se alguém naquela sala, no dia 16 de Julho, tinha razões de sobra para se sentir ultrajado, seriam os dirigentes sindicais da Frente Comum, legítimos representantes de milhares de trabalhadores da administração pública, que agora são alvo de mais esta violenta ofensiva contra o horário de trabalho e o emprego!

Apesar disso, a Frente Comum não se recusou a reunir com a Comissão Parlamentar considerando que aquele é também um espaço de intervenção sindical.

Esteve ali seguramente com mais dignidade do que os deputados referidos, responsáveis pelo acto provocatório e clara tentativa de intimidação dos representantes sindicais.

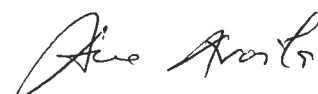
O ocorrido não nos calará nem amedrontará! Pelo contrário, renova-nos e reforça-nos as forças para o combate justo, urgente e fundamental em defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo emprego, pelo horário de trabalho, contra a exploração e o empobrecimento.

Este nosso combate é indissociável do combate pela democracia, contra a arrogância e a prepotência tão vergonhosamente exercitadas por representantes dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP naquela triste audiência, que ficará para a história da democracia portuguesa como um momento deplorável e indigno.

Em democracia o protesto é legítimo e não abdicaremos de o exercer em plenitude.

Com os melhores cumprimentos,

**A Coordenadora da FCSAP**



**(Ana Avoila)**